

MUDANÇA DE RUMO: *Equipe econômica pode discutir a revisão de pontos do acordo fechado em novembro de 98 com o Fundo*

Missão vai acertar em Washington rumo do câmbio

Pedro Malan, Amaury Bier e Chico Lopes vão se reunir no fim de semana com representantes do FMI e do Tesouro dos EUA

Sheila D'Amorim e Maria Luiza Abbott

• BRASÍLIA. A missão brasileira, comandada pelo ministro da Fazenda Pedro Malan, está acertando neste fim de semana com integrantes do Tesouro americano e do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, a política cambial brasileira que passará a vigorar a partir de amanhã. Parte da equipe econômica está defendendo que o câmbio permaneça livre, mas existe ainda a possibilidade de se retomar o sistema de bandas cambiais.

A idéia de retomar o regime de

bandas encontra resistências pelo fato de o Governo estar com o nível de reservas cambiais muito baixo, o que aumenta a sua fragilidade para defender a moeda de ataques especulativos. Foi justamente isso que fez com que a equipe econômica optasse por liberar o câmbio na sexta-feira.

Na sexta-feira, reservas estavam em cerca de US\$ 36 bilhões

Uma fonte do Governo afirmou que as reservas estavam, na sexta-feira, em torno de US\$ 36 bilhões, já incluídos nesse valor os US\$ 9,3 bilhões liberados, no fim do ano passado, pelo FMI e pelos

governos dos 20 países que participam da operação de ajuda internacional de US\$ 41,5 bilhões ao país. A questão é que, pela carta de intenções assinada com o FMI em novembro, o empréstimo não pode ser contabilizado para avaliar se o país está cumprindo a meta de não ultrapassar o piso de US\$ 20 bilhões para as reservas. Ou seja, seguindo os termos do acordo, o Brasil encerrou a semana passada com apenas US\$ 7 bilhões acima do mínimo.

A revisão de alguns pontos do acordo com o FMI também pode ser discutida pela delegação brasileira, da qual também fazem

parte o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, e o presidente do Banco Central, Francisco Lopes.

Cumprimento de pontos do acordo está ameaçado

Há uma expectativa de técnicos da equipe de que o Fundo permita que o dinheiro emprestado ao país seja contabilizado no momento de se verificar o cumprimento da meta para as reservas. Se isso fosse aceito, o Brasil estaria na sexta-feira com cerca de US\$ 16 bilhões acima do piso, e não apenas US\$ 7 bilhões.

O cumprimento de outros pon-

tos do acordo também corre risco. Se perdesse a aposta com o mercado, por exemplo, e sofresse uma queda ainda maior do nível de reservas, o Governo teria que apertar ainda mais a política monetária, o que significaria um novo aumento dos juros. Isso porque outro critério estabelecido no acordo com o FMI determina que o nível de liquidez da economia, em reais, deve guardar proporção com as reservas.

No acordo com o Fundo, foram estabelecidas previsões para o nível de reservas e do crédito doméstico líquido ao longo de 99. Mas como nas últimas semanas,

com a saída de dólares do país, todas as indicações eram de que essas previsões já não estavam sendo respeitadas, esse ponto do acordo deverá ser revisto.

Outro assunto que está sendo discutido pela missão brasileira com o Fundo e o Tesouro dos EUA é uma provável revisão das metas fiscais que deveriam ser cumpridas para que o Fundo liberasse novas parcelas dos US\$ 32 bilhões que ainda foram sacados pelo Brasil. De acordo com o cronograma, o Brasil receberá uma missão do FMI no fim de fevereiro para avaliar o cumprimento das metas fiscais. ■